



# A Santa Sé

---

## **DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO JUNTO DA SANTA SÉ DURANTE A APRESENTAÇÃO DOS BONS VOTOS PARA O NOVO ANO**

*Segunda-feira, 13 de Janeiro de 2003 Excelências*

*Minhas Senhoras e Meus Senhores!*1. É uma feliz tradição este encontro de começo de ano que me dá a alegria de vos receber e, de certa forma, abraçar todos os povos que representais! De facto, através de vós e graças a vós, chegam até mim as suas esperanças e aspirações, os seus êxitos e fracassos. Hoje, desejo formular para os vossos Países votos fervorosos de bem-estar, de paz e de prosperidade. No começo do ano novo, é para mim um prazer apresentar a todos os meus melhores votos, ao mesmo tempo que invoco sobre as vossas pessoas, as vossas famílias e os vossos compatriotas a abundância das Bênção divinas. Nunca como neste começo de milénio o homem sentiu como é precário o mundo que ele modelou

Antes de partilhar convosco algumas reflexões inspiradas pela actualidade no mundo e na Igreja, desejo agradecer ao vosso Decano, o Embaixador Giovanni Galassi, o discurso que acaba de me dirigir, bem como os votos gentis que acaba de exprimir, em nome de todos vós, pela minha pessoa e pelo meu ministério. Tenha a amabilidade de aceitar a minha profunda gratidão! Senhor Embaixador, Vossa Excelência recordou também com sobriedade as expectativas legítimas dos nossos contemporâneos, infelizmente com muita frequência contrariadas por crises políticas, pela violência armada, pelos conflitos sociais, pela pobreza ou por catástrofes naturais. Nunca como neste começo de milénio o homem sentiu como é precário o mundo que ele mesmo modelou.2. Estou pessoalmente impressionado com os sentimentos de medo que com frequência está no coração dos nossos contemporâneos. O terrorismo dissimulado que pode chegar em qualquer momento e em todos os lugares; o problema não resolvido do Médio Oriente, com a Terra Santa e o Iraque; a instabilidade que perturba a América do Sul, sobretudo a Argentina, a Colômbia e a Venezuela; os conflitos que impedem numerosos países africanos de se dedicarem ao seu desenvolvimento; as doenças que propagam o contágio e a morte; o grave problema da fome, sobretudo na África; os comportamentos irresponsáveis que contribuem para o empobrecimento dos recursos do planeta: estes são flagelos que ameaçam a sobrevivência da humanidade, a serenidade das pessoas e a segurança das sociedades.3. *Mas tudo pode mudar.* Isto depende de cada um de nós. Cada qual pode desenvolver em si o seu potencial de fé, de honradez, de respeito pelo próximo, de dedicação ao serviço dos outros.

Isto depende também, de modo muito evidente, dos responsáveis políticos, que estão chamados a servir o bem comum. Não vos deixeis surpreender pelo facto que perante esta assembleia de diplomatas eu mencione, a este propósito, *alguns imperativos* que me parece necessário satisfazer se quisermos evitar que povos inteiros, ou talvez até a

humanidade, se precipitem no abismo. *Em primeiro lugar, um "SIM À VIDA"!* Respeitar a vida e as vidas: com ela tudo começa, visto que o mais elementar dos direitos humanos é o direito à vida. O aborto, a eutanásia ou a clonagem humana, por exemplo, correm o risco de reduzir a pessoa humana a um simples objecto: de certa forma, a vida e a morte comandada! Quando são privadas de qualquer critério moral, as investigações científicas que manipulam as fontes da vida são uma negação do ser e da dignidade da pessoa. A própria guerra é um atentado à vida humana porque traz consigo o sofrimento e a morte. A defesa da paz é sempre uma defesa da vida! *Depois, o respeito do direito.* A vida em sociedade sobretudo a vida internacional exige princípios comuns intocáveis, cuja finalidade é garantir a segurança e a liberdade dos cidadãos das nações. Estas regras de conduta estão na base da estabilidade nacional e internacional. Hoje, os responsáveis políticos têm à sua disposição textos apropriados e instituições de grande pertinência. É suficiente pô-los em prática. O mundo seria totalmente diferente se se comesçasse por aplicar sinceramente os acordos assinados! *Por fim o dever da solidariedade.* Num mundo superabundantemente informado mas no qual, de maneira paradoxal, se comunica tão dificilmente e as condições da existência são escandalosamente desiguais, é importante que nada seja negligenciado para que todos se sintam responsáveis pelo crescimento e pelo bem-estar de todos. É o nosso futuro que está em questão. Jovens sem trabalho, pessoas deficientes marginalizadas, pessoas idosas abandonadas, países prisioneiros da fome e da miséria, com frequência fazem com que o homem perca a esperança e sucumba à tentação de se fechar em si mesmo ou na violência.<sup>4</sup> Eis por que *são necessárias opções para que o homem ainda tenha um futuro.* Para isto, os povos da terra e os seus dirigentes devem ter por vezes a coragem de dizer "não". *"NÃO À MORTE"!* Isto é, não a tudo o que atenta contra a dignidade incomparável de todos os seres humanos, a começar pela dignidade dos nascituros. Se a vida é verdadeiramente um tesouro, é preciso saber conservá-la e fazê-la frutificar sem a desvirtuar. Não a tudo o que enfraquece a família, célula fundamental da sociedade. Não a tudo o que destrói na criança o sentido do esforço, o respeito de si e do próximo, o sentido do serviço. *"NÃO AO EGOÍSMO"!* Isto é, a tudo o que estimula o homem a refugiar-se dentro do casulo de uma classe social privilegiada ou de um conforto cultural que exclui o próximo. A maneira de viver de quantos gozam do bem-estar, a sua maneira de consumir, devem ser revistas à luz das repercussões que têm sobre os outros países. Basta pensar, por exemplo, no problema da água que a Organização das Nações Unidas propõe à reflexão de todos durante este ano de 2003. Egoísmo é, também, a indiferença das nações ricas em relação aos países mais pobres. Todos os povos têm o direito de receber uma parte equitativa dos bens deste mundo e do conhecimento científico e tecnológico dos países mais capazes. Como deixar de pensar aqui, por exemplo, no acesso de todos aos remédios genéricos, necessários para enfrentar a luta contra as epidemias actuais? Este acesso é muitas vezes impedido por considerações económicas a curto prazo. *"NÃO À GUERRA"!* Ela nunca é uma fatalidade. Ela é sempre uma derrota da humanidade. O direito internacional, o diálogo franco, a solidariedade entre os Estados, o exercício tão nobre da diplomacia, são os meios dignos do homem e das nações para resolver as suas contendas. Digo isto pensando em quantos ainda põem a sua confiança na arma nuclear e nos demasiados conflitos que ainda mantêm como reféns, irmãos nossos em humanidade. No Natal, Belém recordou-nos a crise não resolvida do Médio Oriente onde dois povos, o israeliano e o palestinese, são chamados a viver lado a lado, igualmente livres e soberanos, respeitadores um do outro. Sem repetir o que vos disse no ano passado em circunstância análoga, contentar-me-ia hoje em acrescentar, perante o agravamento constante da crise médio-oriental, que a sua solução nunca poderá ser imposta recorrendo ao terrorismo ou aos conflitos armados, pensando que as vitórias militares possam ser a solução. E que dizer das ameaças de uma guerra que se poderia abater sobre as populações do Iraque, terra dos profetas, populações já extenuadas por mais de doze anos de embargo? A guerra nunca pode ser considerada um meio como outro qualquer, que se pode usar para regular os diferendos entre as Nações. Como recordava a Carta da Organização das Nações Unidas e o Direito

Internacional, não podemos recorrer a ela, mesmo quando se trata de garantir o bem comum, a não ser como última possibilidade segundo condições muito rigorosas, sem negligenciar as consequências para as populações civis durante e depois das operações militares.<sup>5</sup> *Portanto, é possível mudar o curso dos acontecimentos* no momento em que prevalecem a boa vontade, a confiança no próximo, a realização dos compromissos assumidos e a cooperação entre parceiros responsáveis. *Desejo mencionar dois exemplos. A Europa de hoje, ao mesmo tempo unida e alargada.* Ela soube abater os muros que a desfiguravam. Empenhou-se na elaboração e na construção de uma realidade capaz de conjugar unidade e diversidade, soberania nacional e acção comum, progresso económico e justiça social. Esta Europa nova tem em si os valores que fecundaram, durante dois milénios, uma arte de pensar e de viver da qual todo o mundo beneficiou. Entre estes valores, o cristianismo ocupa um lugar privilegiado, porque deu origem a um humanismo que impregnou a sua história e as suas instituições. Recordando este património, a Santa Sé e todas as Igrejas cristãs insistiram junto dos redactores do futuro Tratado constitucional da União Europeia para que seja inserida uma referência às Igrejas e instituições religiosas. De facto, parece desejável que, no pleno respeito da laicidade, sejam reconhecidos três elementos complementares: a liberdade religiosa na sua dimensão não só individual e cultural mas também social e corporativa; a oportunidade de um diálogo e de uma consulta estruturados entre os Governantes e as comunidades de crentes; o respeito pelo estatuto jurídico do qual as Igrejas e as instituições religiosas gozam já nos Estados membros da União. Uma Europa que recuse o seu passado, que negue o facto religioso e que não considerasse qualquer dimensão espiritual, encontrar-se-ia muito enfraquecida perante o projecto ambicioso que mobiliza as suas energias: construir a Europa de *todos!* Também a *África* nos oferece hoje a ocasião para nos alegrarmos: Angola começou a sua reconstrução; o Burundi empreendeu o caminho que poderia conduzir à paz e espera da comunidade internacional compreensão e ajuda financeira; a República Democrática do Congo empenhou-se seriamente num diálogo nacional que deveria levar à democracia. O Sudão também deu provas de boa vontade, mesmo se o caminho para a paz é longo e difícil. Devemos felicitar-nos sem dúvida alguma com estes progressos e encorajar os responsáveis políticos a não pouparem esforço algum para que, pouco a pouco, os povos da África conheçam um início de pacificação e, por conseguinte, de prosperidade, ao abrigo das lutas étnicas, do arbitrário e da corrupção. Eis por que não podemos deixar de deplorar os graves acontecimentos que atormentam a Costa do Marfim e a República Centro-Africana, convidando os seus habitantes a depor as armas, a respeitar a sua respectiva Constituição e a lançar as bases para um diálogo nacional. Então, seria bom envolver todos os componentes da comunidade nacional na elaboração de um projecto de sociedade no qual todos se reencontrem. Por outras palavras, é bom constatar que os Africanos procuram, cada vez mais, encontrar as soluções mais adequadas para os seus problemas, graças à acção da União africana e às mediações regionais eficazes.<sup>6</sup> Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores, é necessário fazer uma constatação: *a independência dos Estados não pode ser concebida a não ser na interdependência.* Todos estão vinculados no bem e no mal. Por isso, justamente, seria bom saber distinguir o bem do mal e chamá-los pelo seu nome. A respeito disto, quando a dúvida ou a confusão se instalam, devem ser temidos os maiores males, como a história nos ensinou demasiadas vezes. Para evitar cair no caos são necessárias *duas exigências*. Em primeiro lugar, *reencontrar* dentro dos Estados e entre os Estados *o valor primordial da lei natural*, que outrora inspirou o direito dos povos e os primeiros pensadores do direito internacional. Mesmo se, hoje, há quem ponha em questão a sua validade, estou convencido de que os seus princípios gerais e universais são sempre capazes de fazer compreender melhor a unidade do género humano e de favorecer o aperfeiçoamento da consciência dos governos. Em segundo lugar, *a acção perseverante de homens de Estado honestos e abnegados*. De facto, a indispensável competência profissional dos responsáveis políticos não pode ser legitimada a não ser por uma firme referência a fortes convicções éticas. Como se poderia pretender tratar assuntos do mundo sem fazer referência a este conjunto de princípios que estão na base

daquele "bem comum universal" do qual a encíclica *Pacem in terris* do Papa João XXIII tanto falou? Será sempre possível para um dirigente, coerente com as suas convicções, recusar-se perante situações de injustiça ou desvios institucionais, ou pôr-lhe termo. Nisto encontramos, tenho a certeza, aquilo a que se chama normalmente hoje o "bom governo". O bem-estar material e espiritual da humanidade, a tutela das liberdades e dos direitos da pessoa humana, o serviço público abnegado, a proximidade com as situações concretas, devem vir antes de qualquer programa político e constituem uma exigência ética que é o melhor modo de garantir a paz interior das nações e a paz entre os Estados.<sup>7</sup> É evidente que, *para um crente*, a estas motivações, juntam-se também as que lhe dão *a fé num Deus criador e pai de todos os homens*, que lhe confia a gestão da terra e o dever do amor fraterno. Isto significa que o Estado tem todo o interesse em velar para que a liberdade religiosa, direito natural isto é, ao mesmo tempo, individual e social seja efectivamente garantida a todos. Como já tive ocasião de afirmar, os crentes que se sentem respeitados na sua fé, que vêem as suas comunidades reconhecidas juridicamente, colaboram com muito mais convicção no projecto comum da sociedade civil da qual são membros. Então vós compreendeis por que me faço o porta-voz de todos os cristãos que, da Ásia até à Europa, ainda são vítimas de violência e de intolerância, como se verificou muito recentemente por ocasião da celebração do Natal. O diálogo ecuménico entre cristãos e os contactos respeitosos entre as outras religiões, sobretudo com o Islão, são o melhor antídoto contra os desvios sectários, o fanatismo ou o terrorismo religioso. No que se refere à Igreja católica, gostaria de mencionar uma só situação, que é para mim motivo de grande sofrimento: o destino reservado às comunidades católicas na Federação Russa que, depois de alguns meses, vêem alguns dos seus pastores impedidos de se unirem a eles, por razões administrativas. A Santa Sé espera das autoridades governamentais decisões concretas, que ponham fim a esta crise e que sejam conformes com os compromissos internacionais assinados pela Rússia moderna e democrática. Os católicos russos desejam viver como os seus irmãos de todo o mundo, com a mesma liberdade e dignidade.<sup>8</sup> Excelências, minhas Senhoras e meus Senhores, oxalá nós, aqui reunidos neste lugar, símbolo de espiritualidade, de diálogo e de paz, possamos contribuir com a nossa acção quotidiana para que todos os povos da terra progridam, na justiça e na concórdia, para situações mais felizes e justas, longe da pobreza, da violência e das ameaças da guerra! Queira Deus cumular as vossas pessoas, bem como os povos que aqui representais, com abundantes Bênçãos! Um bom e feliz Ano para todos! © Copyright 2003 - Libreria Editrice Vaticana